

Lição 1 – O fascismo é emocionalmente projetivo

Sinésio Ferraz Bueno

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BUENO, S. F. O fascismo é emocionalmente projetivo. In: *O fascismo em dez lições* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2022, pp. 17-24. ISBN: 978-65-5714-304-9.

<https://doi.org/10.7476/9786557143049.0003>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

LIÇÃO 1

O FASCISMO É EMOCIONALMENTE PROJETIVO

No campo da ciência política, o fascismo habitualmente é tratado a partir de uma pluralidade de concepções, sendo a mais comum aquela que o restringe aos regimes políticos implantados na Itália e na Alemanha durante a primeira metade do século XX. Mas, para além dessa demarcação histórica, o fascismo é um fenômeno político supranacional, capaz de se manifestar em diferentes contextos históricos e geográficos e passível de ser definido de maneira mais precisa como fenômeno totalitário, relacionado com a sociedade de massas. Sob esse entendimento mais amplo, o fascismo assume contornos nitidamente antiliberais e antidemocráticos, sendo associado a regimes políticos baseados em ditaduras de partido único, caracterizados pela censura à liberdade de expressão e pela perseguição policial de dissidentes, opositores políticos e de minorias étnicas e religiosas.

Entretanto, existe também um leque amplo de pensamentos e comportamentos de natureza fascista que se manifestam de maneira dispersa entre cidadãos de sociedades organizadas de acordo com os moldes democráticos e liberais. É justamente no interior dos regimes

democráticos que se propagam tendências de preconceito, segregação e perseguição contra minorias e setores específicos da sociedade, que são altamente preocupantes, pois não se originam de um poder político ditatorial, mas sim do próprio conjunto massificado das populações. A existência de tais tendências fascistas, que são independentes de um comando central estatal, pois estão disseminadas no interior de sociedades democráticas, sugere fortemente a presença de demandas irracionais, agressivas e preconceituosas, que emergem do conjunto de cidadãos comuns, sendo assim compatíveis com o próprio estado de normalidade social.

Dessa forma, se considerarmos que pensamentos e comportamentos ostensivamente preconceituosos e agressivos, dirigidos contra populações negras, homossexuais, indígenas, imigrantes e outras, podem ser caracterizados sob o ponto de vista patológico, mas, se ao mesmo tempo, em determinadas sociedades, como é o caso do Brasil, tais atitudes são “normais”, é forçoso reconhecer que a própria normalidade é estruturalmente patológica. Sob esse enfoque, a abordagem sobre o fascismo se descola das grades de análise consagradas pela ciência política, pois deve levar em consideração a existência de formações grupais, frequentemente organizadas como milícias, que atuam de maneira violenta no próprio interior de sociedades democráticas. Deve-se considerar também que tais grupos simplesmente não existiriam caso os próprios cidadãos comuns não fossem, em grande medida, emocionalmente vulneráveis a apelos e palavras de ordem disseminadoras de preconceito e violência.

A existência de tendências fascistas de pensamento e de comportamento que são independentes da macropolítica estatal, por se originarem do seio das próprias populações, originou o mais importante trabalho acadêmico de investigação sobre o fascismo. Nos anos 1940,

um grupo interdisciplinar de pesquisadores, dirigido pelo filósofo alemão Max Horkheimer, realizou nos Estados Unidos um amplo trabalho de pesquisa sobre o fenômeno fascista, publicado sob o título *A personalidade autoritária* (Adorno, 1965). Por meio de questionários, entrevistas clínicas e testes projetivos, a pesquisa avaliou o grau de racismo e antissemitismo disseminado na população norte-americana naquele contexto histórico. Os critérios empregados na pesquisa tiveram o objetivo de quantificar e qualificar o nível de vulnerabilidade ao fascismo, porém a investigação não procurava averiguar as opiniões manifestas dos entrevistados sobre o assunto. Não se perguntava, por exemplo, se o indivíduo tinha ideias contrárias a minorias sociais, mas se procurava verificar a existência de traços latentes e ocultos que pudessem revelar a inclinação ao fascismo sob o ponto de vista emocional.

Com base no objetivo geral de compreender o fascismo como fenômeno diretamente produzido por uma estrutura emocional autoritária, a pesquisa elaborou um instrumento específico de compreensão da síndrome fascista, denominado *escala F*. Esse instrumento consistiu em um indicador quantitativo acerca da vulnerabilidade emocional ao fascismo, a partir dos seguintes critérios: “convencionalismo, submissão autoritária, anti-introspecção, superstição e estereotipia, obsessão com o poder, destrutividade e cinismo, projetividade e atitude obsessiva com relação ao sexo” (Rouanet, 1986, p.172). Na medida em que visava a compreender a síndrome fascista sob o ponto de vista da agressividade e do irracionalismo latentes na personalidade dos entrevistados, a pesquisa revelou que o fascismo não tem relação direta com a ideologia política do indivíduo. Assim, duas pessoas com ideologias políticas antagônicas – uma pessoa de direita, outra de esquerda – poderiam apresentar elevada pontuação na escala F, sendo ambas fortemente preconceituosas no campo da etnia e

do gênero. Da mesma forma, dois entrevistados ideologicamente divergentes no campo da política, poderiam ser pessoas liberais e não preconceituosas. A existência de “fascistas de direita” e “fascistas de esquerda” se deve ao fato de que o principal critério definidor da vulnerabilidade ao fascismo diz respeito à presença latente de agressividade reprimida e de tendências projetivas na estrutura da personalidade.

O filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno integrou a equipe de investigadores da pesquisa sobre a personalidade autoritária, e produziu as mais importantes reflexões conceituais acerca do fascismo. Adorno estudou o fenômeno fascista por meio de conceitos originados da psicanálise freudiana, priorizando a centralidade do caráter emocionalmente projetivo da hostilidade dirigida contra populações socialmente marginalizadas: “um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige contra os que são considerados socialmente fracos e ao mesmo tempo – seja isto verdade ou não – felizes” (Adorno, 1995a, p.122). Para compreender o significado dessa aversão agressiva e projetiva contra pessoas supostamente fracas ou felizes, é fundamental entendermos dois conceitos básicos elaborados por Freud: o “estranho” e o “narcisismo das pequenas diferenças”.

“Estranho” é a palavra em língua portuguesa que mais se aproxima do conceito freudiano denominado *unheimlich*, que significa “estranho”, “estrangeiro”, “assustador”, mas também “próximo” e “familiar”. Então, a expressão *unheimlich* sintetiza sentimentos próprios a uma estranheza que assusta, incomoda, mas que é ao mesmo tempo íntima e familiar ao sujeito. Dessa maneira, se a síndrome fascista envolve a projetividade emocional associada ao *unheimlich*, isso significa que as qualidades negativas que são projetadas nas vítimas (inferioridade, malignidade, perversidade,

promiscuidade, periculosidade etc.) representam estranheza, mas também profunda familiaridade, pois pertencem à própria estrutura emocional dos agentes do preconceito. Uma frase de Freud, citada por Adorno, sintetiza de maneira lapidar a ambiguidade do fenômeno: “o que repele por sua estranheza é, na verdade, demasiado familiar” (Adorno; Horkheimer, 1985, p.170.).

O caráter ambivalente da projeção emocional envolvida na síndrome fascista é muito esclarecedor sobre a natureza patológica da personalidade autoritária. Ela mobiliza conteúdos reprimidos de seu próprio interior para justificar, antes de mais nada para si própria, a segregação agressiva e perseguidora voltada contra minorias no registro étnico, de gênero, de religião e de nacionalidade. Em outras palavras, o racismo, o sexismo e outros preconceitos envolvidos na síndrome fascista são representações perversas da diferença social, que encobrem os próprios conteúdos emocionais reprimidos do sujeito agressor. O preconceito atua como um mecanismo emocional de defesa do indivíduo contra suas próprias dificuldades e desejos que parecem terrivelmente ameaçadores. A estigmatização obsessiva da diferença oculta, portanto, a incapacidade de aceitação e de elaboração de uma grande parte de si mesmo, que é condenada a permanecer estranha, embora seja insuportavelmente íntima e familiar. Para Adorno (2015, p.175), mediante comportamentos projetivos, o agente do preconceito obtém uma precária compensação narcísica para o sofrimento emocional acumulado, pois se livra “das manchas de frustração e descontentamento que estragam a imagem que tem de seu próprio eu empírico”.

Um segundo conceito freudiano fundamental para compreender o fascismo é denominado “narcisismo das pequenas diferenças”. Essa noção teórica foi empregada por Freud para a compreensão da valorização exagerada das diferenças culturais entre populações

geograficamente vizinhas. Mediante uma projeção emocional coletiva, tais populações tendem a minimizar seus traços de semelhança cultural, passando a supervalorizar certas diferenças específicas, de maneira a produzir uma estrangeiridade negativa que justifica o escoamento das pulsões agressivas contra inimigos artificialmente produzidos. O aspecto mais importante dessa projeção coletiva é que ela proporciona a formação de laços de solidariedade e de identificação emocional grupal entre os integrantes de uma determinada coletividade. Dessa forma, a irmandade fascista não se alimenta de sentimentos de autêntica fraternidade entre seus integrantes, na medida em que a união grupal somente se mantém graças à hostilização de inimigos imaginários. A esse respeito, o argumento de Freud (1974, p.136) é muito preciso: “é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobraem outras pessoas para receber as manifestações de agressividade”.

A integração desses dois conceitos freudianos implica compreender o fascismo como delírio alucinatório coletivo. É um delírio, pois envolve projeções emocionais muito intensas que distorcem a capacidade do sujeito de se relacionar com seus desejos, frustrações e sofrimentos emocionais. E é delírio coletivo porque envolve práticas de discriminação e de segregação que estão disseminadas na sociedade. Esse tipo de delírio social é altamente difícil de ser combatido, pois sua percepção é encoberta pelo próprio padrão de normalidade da sociedade de massas. Para muitas pessoas, é “normal” ser moralista, racista, machista, homofóbico, discriminar a religião alheia etc. É um delírio que se identifica com a normalidade, o que dificulta justamente que ele possa ser compreendido como problema a ser superado. Notadamente em sociedades culturalmente autoritárias e precariamente democráticas, como é o caso do Brasil, é normal ser fascista.

O *unheimlich* é ao mesmo tempo o estranho (representa o outro como diferença estranha e estrangeira: o negro, o índio, o gay, a lésbica, o transexual, o travesti, o perverso sexual, o nordestino, o cigano, o gordo, o morador de rua, o portador de deficiência, o intelectual, a mulher, o pobre, e muitas vezes a combinação disso tudo), mas também o familiar, quer dizer, o próprio sujeito e todos os conteúdos conscientes ou inconscientes que ele abomina e censura em si próprio. É peculiar à síndrome fascista que o agente do preconceito se livre dos sinais de fracasso pessoal e de impotência social que danificam seu próprio senso de identidade. A identificação emocional com a fraternidade fascista e com o líder de massas proporciona, portanto, certa gratificação emocional, que compensa tais sentimentos de frustração, impotência e fraqueza. É por isso justamente que é tão difícil combater os preconceitos, pois eles desempenham um papel de gratificação emocional muito significativo para o sujeito.

O antídoto contra o fascismo é a autorreflexão. O fascismo não tem nenhuma relação intrínseca com a vítima, mas sim com o perseguidor. O agente do preconceito necessita compreender e aceitar que o problema não está no mundo, o problema está nele próprio. E é isso que torna o preconceito tão dificilmente superável, pois o fascismo, ao mesmo tempo, produz resistências muito poderosas contra processos de autorreflexão de natureza subjetiva, que seriam essenciais para superá-lo. No caso específico da sociedade brasileira, que é culturalmente autoritária, fortemente verticalizada e hierarquizada, existe uma estrutura social e cultural que favorece a manifestação da síndrome fascista. Entre brasileiros, situações cotidianas e institucionais de conflito habitualmente são resolvidas mediante um apelo fortemente autoritário que é consagrado pela prática ritual do “você sabe com quem está falando?” (Da Matta, 1983). Trata-se de uma marca

distintiva da maneira pela qual diversos tipos de conflito são encaminhados recorrendo-se a marcas distintas de prestígio e autoridade social, e não por sua problematização à luz dos direitos de cidadania liberal. A esse respeito, é oportuno lembrar que em 2014, um juiz do Supremo Tribunal Federal julgou o pedido de um advogado carioca que pretendia obrigar, por meios judiciais, que os funcionários do condomínio em que morava o tratassem como “doutor” (Oliveira, 2014). Dessa maneira, no caso específico da sociedade brasileira, a atmosfera fascista, que tem sido explicitada desde a eleição de Jair Bolsonaro, resulta de um cruzamento entre os fatores subjetivos, relacionados à projeção emocional do *unheimlich*, a fatores de natureza cultural e histórica, originados do passado colonial e escravista:

A sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas entre um superior que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como um sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem alteridade. (Chauí, 2000, p.89)